

PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO E SUA TRADUÇÃO NA POLÍTICA

Camila Costa **Gigante** – UERJ

Agência Financiadora: CNPq

Resumo

O Programa Mais Educação tem sido apresentado como a atual política curricular de Educação Integral do Ministério da Educação (MEC), implementada em 2008 em nível nacional nas escolas da rede pública de ensino por Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2007; 2007-2010) e mantida por Dilma Rousseff (2011-2014; 2014-2015). Por meio da realização de oficinas no contra-turno das escolas, o programa tem sido justificado como uma possibilidade de ampliação de espaços, tempos e oportunidades educativos (BRASIL, 2011) às crianças e jovens. Voluntários, preferencialmente da comunidade local, são escolhidos pelo coordenador do Programa nas escolas para, como monitores, ministrar as atividades. Ao compreender os monitores do Programa como envolvidos nos processos de tradução da política curricular, na perspectiva de Ball e colaboradores, defendo que se considere que a tradução não se refere necessariamente a um processo consciente de um sujeito centrado. Inspirada por Derrida, exploro a possibilidade de que a tradução nas políticas remeta a respostas não racionais e não conscientes.

Palavras-chave: Programa Mais Educação, política curricular, tradução, monitores.

PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO E SUA TRADUÇÃO NA POLÍTICA

O *Programa Mais Educação* é a atual proposta curricular de Educação Integral nas escolas da rede pública de ensino implementado em nível nacional. Instituído pelo Governo Federal (2003 - atual¹) em parceria com o Ministério da Educação, apresenta-se com o objetivo de melhorar a qualidade da educação pública, entendida como a possibilidade de ampliação *de tempos, espaços e oportunidades educativas* (BRASIL, 2011, p. 5). É uma parte constitutiva do PDE (Plano de Desenvolvimento da Educação),

¹ O Programa teve início no Governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003 - 2010) e continuidade no Governo Dilma Rousseff (2004 – atual).

que visa à implementação de políticas públicas educacionais focadas na qualificação da aprendizagem dos alunos.

Oficialmente estabelecido através da Portaria Interministerial nº 17 de 24 de abril de 2007, seu funcionamento ocorre no contra-turno escolar, com a oferta de oficinas ministradas por monitores². Os monitores são voluntários e não recebem remuneração para exercerem suas atividades, apenas contam com uma ajuda de custo. São escolhidos pela coordenadora do projeto em suas escolas específicas, sendo esta elegida através de consenso por cada unidade escolar, de forma a priorizar a melhor opção na escolha desses voluntários. O trabalho de monitoria deve, preferencialmente, ser desempenhado por estudantes universitários com vistas à formação específica na área de desenvolvimento das atividades. Em último caso, pode também ser ministrada por estudantes e EJA e Ensino Médio (BRASIL, 2014, pp. 17-18), em conformidade com a Lei nº 9.608/1998.

Para alguns autores (COSTA, 2012; VIALICH, 2012; KEMPP, 2014), o fato de as atividades serem oferecidas por monitores acaba por precarizar a proposta da Educação Integral, pois não é necessária uma educação continuada ou qualquer espécie de profissionalização, bem como cursos de capacitação, para que a escolha de quais monitores ingressarão no Programa seja realizada. Muitas vezes podem ocorrer seleções em que o monitor tenha certa defasagem em relação ao conteúdo que deveria explicar.

Este estudo focaliza os monitores do programa como atuantes nos processos de tradução da política. Para fundamentar teoricamente minha investigação, trago a perspectiva de Ball (BALL, MAGUIRE & BRAUN, 2010; BALL, MAGUIRE, BRAUN & HOSKINS, 2011) sobre tradução para pensar os monitores como tradutores do *Programa Mais Educação*, sendo assim capazes de atuar na ressignificação da política.

Como uma extensão de seu estudo do ciclo de políticas (BALL, 1992; 1994), a compreensão de tradução apresentada por Stephen Ball (com MAGUIRE, BRAUN & HOSKINS, 2011; BALL, MAGUIRE & BRAUN, 2010) nos auxilia a pensar as políticas educacionais para além do binarismo teoria-prática, oferecendo uma alternativa para que possamos analisar e localizar possíveis efeitos e resultados³ da política.

² Para maiores informações, ler o Manual Operacional de Educação Integral (BRASIL, 2014).

³ Não apenas os visíveis em uma primeira análise, mas também os compreendidos pelos contextos de estratégias políticas e causas e efeitos. Para maiores informações, ler BALL, 1994 e MAINARDES, 2006.

Baseio-me em Lopes & Macedo (2011) para pensar que os indivíduos se constituem por processos de subjetivação, sempre contínuos, ao invés de serem considerados simplesmente como seres estáticos e imutáveis, concebidos antes da ação política. Chamo a atenção, especificamente, aos monitores. Devido ao fato de as políticas serem elaboradas e condicionadas a eles, o texto da política deve ser compreendido como ininterruptamente (re)interpretado e traduzido. Portanto, compreendo tal política como um processo constante de criação de significados, nunca fixos e imutáveis em suas reinterpretações.

Ball (com MAGUIRE & BRAUN, 2010; MAGUIRE, BRAUN & HOSKINS, 2011) defende que toda política é traduzida. As traduções são ocorrentes não apenas em políticas transnacionais, mas podem acontecer dentro de um mesmo contexto, podendo ser criadas inclusive dentro do próprio ambiente escolar e serem traduzidas também pelas relações no interior de seu contexto. De acordo com essa perspectiva, penso as escolas integrantes do *Programa Mais Educação*, através dos atores envolvidos, como produtoras contínuas de suas abordagens políticas, se valendo de sua própria cultura e necessidades locais (BALL, MAGUIRE & BRAUN, 2010).

Ball (*Ibidem*) apresenta a compreensão de “atuação”, sendo uma possibilidade equivalente de pensar a tradução. Para o autor, a atuação faz referência a uma compreensão de que as políticas são interpretadas e traduzidas por diversos atores políticos dentro do ambiente escolar, ao invés de serem simplesmente implementadas. Essa noção é construída por referência ao processo iterativo de fazer textos (interpretados também como discursos, não apenas documentos escritos), colocando a política **em ação**, fazendo referência a uma representação teatral ou performática, utilizando procedimentos textuais e práticos diversificados.

Colocar políticas em prática é, assim, um processo compreendido como criativo, complexo e sofisticado, sempre contextualizado. Dessa forma, os monitores do *Programa Mais Educação* (assim como professores e outros agentes educacionais) são compreendidos como atores ativos, com grande relevância para dar procedimento a essa atuação, que envolve processos de interpretação e recontextualização. Nesses processos, a tradução de um texto depende da ação dos agentes através de leitura, escrita, discussão e ideias acerca das práticas contextualizadas. (BALL, MAGUIRE & BRAUN, 2010)

Outra discussão bastante enfatizada por Ball e colaboradores (2011) é uma tensão dialética existente em certos estudos (APPLE, 1999, p. 61 *Apud* BALL, MAGUIRE, BRAUN & HOSKINS, 2011) entre professor (relacionado neste estudo como o monitor

do Programa) como ator e como sujeito. O professor enquanto ator é entendido como um agente, um ser atuante capaz de traduzir e produzir outros sentidos além dos estabelecidos por certa ordem discursiva. O ator, dessa forma, é compreendido como o tradutor das políticas. Já o professor enquanto sujeito recebe esta denominação não por sua característica exclusiva enquanto indivíduo pertencente a uma sociedade, mas por ser assujeitado, submetido em certa política.

Ball (com MAGUIRE; BRAUN & HOSKINS, 2011) faz uma crítica a esse e outros binarismos, defendendo que os atores sociais devem ser problematizados e descentrados com intuito de serem analisados de forma mais satisfatória. Concordo com o autor ao atentar para essa questão e ao defender que isto ocorre, entre outros fatores, porque não existem indivíduos autônomos da luta política e nem transparentes ou totalmente coerentes. Devido a essa descontinuidade em sua subjetivação, eles podem se modificar, de acordo com a política em foco, entre professores como atores ou sujeitos. Ball e colaboradores (2011) sugerem, com essa possibilidade de mudança de foco, que os professores (no caso aqui, os monitores do Programa) podem criar diferentes significados com as possibilidades discursivas disponíveis (*Ibidem*, p. 612).

Conclusões

O objetivo deste estudo é apresentar algumas considerações importantes para compreendermos as políticas educacionais enquanto ressignificadas e traduzidas pela prática, compreendendo teoria e prática como um processo inseparável e inter-relacionado de constituição das políticas vigentes. Visando isso, buscou-se focalizar o monitor do *Programa Mais Educação* como atuante neste processo, traduzindo a todo momento a política educacional, bem como sendo ao mesmo tempo sujeito (assujeitado) na política do Mais Educação.

A teoria da atuação nos auxilia na compreensão da inegável importância dos profissionais atuantes no ambiente escolar se sentirem inseridos nos processos de formulação e de implementação das políticas. Concordando com Lendvai & Stubbs (2012), penso que a tradução tem grande valor para que possamos reconfigurar o processo político, produzindo novas formas de conhecimento com implicações teóricas e práticas significativas.

Com Stephen Ball (com MAGUIRE & BRAUN, 2010; BALL; MAGUIRE; BRAUN & HOSKINS, 2011), busco realizar uma análise sobre a política, contextualizada em um determinado momento, considerando que simultaneamente a

escola está sendo submetida a um conjunto de políticas extremamente amplo, frequentemente contraditórias e advindas de gestões distintas. Desta forma, a escola negocia demandas e expectativas, e as traduz a todo tempo. Os atores das escolas estão, nesse sentido, em processo contínuo de identificação, de subjetivação, pois não cessam em responder às demandas que intersectam a escola.

Compreendo o posicionamento de Ball, entretanto não considero que o processo de tradução das políticas seja totalmente planejado, podendo se decidir ou ser definido quando um professor é agente ou simplesmente assujeitado a essa política. Penso que o processo de traduzir políticas também possa ser um processo não racional ou inconsciente⁴, carregando consigo novas características e produções do contexto em que elas estão inseridas, bem como dos atores sociais que delas fazem parte. Tal compreensão remete ao entendimento da política como operando por ambivalências e ressignificações discursivas, produzindo múltiplos contextos e novas significações. Isso faz com que um indivíduo possa estar assujeitado à política e concomitantemente atuante em sua ressignificação. Entretanto, ele não realizará todas as traduções políticas de maneira consciente e racional, tendo plena noção de seus atos e do que eles resultariam (DERRIDA, 1998). Acredito que ponderar essas questões no âmbito das políticas curriculares seja um dos maiores esforços para a realização de suas possíveis análises.

Referências bibliográficas

- BRASIL, Ministério da Educação e Cultura (MEC). Programa Mais Educação – Passo a Passo. Brasília, 2011.
- BRASIL, Ministério da Educação e Cultura (MEC). MANUAL OPERACIONAL DE EDUCAÇÃO INTEGRAL. Brasília, 2014.
- BALL, Stephen. *Education Reform: a critical and post-structural approach*. Buckingham: Open University Press, 1994.
- BALL, Stephen; MAGUIRE, Meg; BRAUN, Annete; HOSKINS, Kate. Policy subjects and policy actors in schools: some necessary but insufficient analyses. *Discourse: Studies in the Cultural Politics of Education*, v. 32, n. 4, p. 611-624, 2011.

⁴ Jacques Derrida (1998) apresenta em suas obras a tradução como um processo inconsciente. Para maiores informações, acessar a obra completa.

- BALL, Stephen; MAGUIRE, Meg; BRAUN, Annete. Policy enactments in the UK secondary school: Examining policy, practice and school positioning. *Journal of Education Policy*, v. 25, n. 4, p. 547-560, 2010.
- COSTA, Juliana de Almeida. Práticas de leitura e de escrita nas oficinas de letramento do Programa Mais Educação: um olhar sobre a ação docente. *Dissertação apresentada ao Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia*. Salvador, 2012.
- DERRIDA, Jacques. *Notas sobre desconstrucción y pragmatismo*. In: Mouffe, Chantal (org.). *Desconstrucción y pragmatismo*. Buenos Aires: Paidós, 1998, p. 151-169.
- KEMPP, Jaqueline Otilia. As práticas esportivas no programa mais educação : limites e possibilidades para sua implementação. *Dissertação apresentada ao Departamento de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 2014.
- LENDVAI, Noemi; STUBBS, Paul. Políticas como tradução: situando as políticas sociais transnacionais. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v.7, n.1, p. 11-31, jan./jun. 2012.
- LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. *Teorias de Currículo*. São Paulo: Cortez, 2011.
- MAINARDES, Jefferson. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006.
- VIALICH, Andrea Leal. O Programa Mais Educação em São José dos Pinhais: possibilidades para o esporte? *Dissertação apresentada ao Departamento de Educação Física da Universidade Federal do Paraná*. Curitiba, 2012.